

MARCUS RENAN PALÁCIO DE MORAIS
CLARO DOS SANTOS

O DIREITO AO SILÊNCIO NO
PROCESSO PENAL

Belo Horizonte



2015

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

S237d Santos, Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos.

O direito ao silêncio no processo penal / Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos – 1 ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2015.

110 p.
ISBN 978-85-450-0061-7

1. Direito Constitucional 2. Direito Penal. 3. Direito Processual Penal. 4. Direitos Humanos.

I. Título. II. Santos, Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos.

CDD: 342

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANTOS, Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos. *O direito ao silêncio no processo penal*. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 110p.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
Introdução	13
1 Significado e origem do princípio	14
1.1 Significado	14
1.2 Origem	15
2 Resistência, no passado, ao princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	17
3 A concepção do princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> como direito fundamental	18
4 Legislação	19
4.1 Diplomas internacionais	20
4.1.1 Convenção Americana de Direitos Humanos: Pacto de San José da Costa Rica	20
4.1.2 Pacto internacional de direitos civis e políticos	20
4.1.3 Observações	21
4.2 Constituições do Brasil, da Espanha, da Argentina e dos Estados Unidos da América do Norte: presença, explícita, do princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	21
4.3 Constituições de Portugal, Alemanha e Itália: presença, implícita, do princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	26
4.4 Códigos de Processo Penal	27
5 O princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> e a possibilidade de produção de prova com a participação do acusado: peculiaridades processuais ..	32
6 O princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> e a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH)	38
7 O princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> e as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	45
7.1 Falta de advertência sobre o direito de não produzir prova contra si ..	45
7.2 Falta de advertência, por Comissão de Processo Administrativo Disciplinar	47
7.3 Falsa identidade no exercício da autodefesa – Posição do Superior Tribunal de Justiça	49
7.4 Falsa identidade quando não se acha amparado no exercício de autodefesa – Posição do Supremo Tribunal Federal	54
7.5 Princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> para não se autoincriminar perante Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	55
7.6 Falso testemunho	57
7.7 Princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> para falso testemunho que produziu prova contra terceiro	59

7.8	Princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> a terceiro objeto de delação por parte de corréu.....	61
7.9	Fraude processual: inovação do estado de lugar, de coisa ou de pessoa	62
7.10	Ocultação de substância entorpecente	68
7.11	Exames periciais	69
7.11.1	Padrões gráficos.....	69
7.11.2	Padrões vocais.....	73
7.11.3	Ácido Desoxirribonucleico (DNA).....	75
7.11.4	Raio X e realização de procedimento para expulsão de droga encontrada em organismo do agente	80
7.11.5	Bafômetro	81
8	Sobre um suposto direito de mentir	82
8.1	Doutrina brasileira	82
8.1.1	Direito de mentir, sem restrições	82
8.1.2	Restrições a um suposto direito de mentir	83
8.1.3	Restrições e não restrições a um suposto direito de mentir: ausência de consenso na doutrina brasileira.....	86
8.1.4	Tolerância à mentira.....	88
8.2	Jurisprudência brasileira	89
8.2.1	Supremo Tribunal Federal: direito de mentir em relação à prática da infração penal	90
8.2.2	Superior Tribunal de Justiça: direito de mentir em relação à prática da infração penal	90
8.2.3	Supremo Tribunal Federal: falsa identidade na ocasião da prisão	91
8.2.4	Outros Tribunais de Justiça: falsa identidade na ocasião do interrogatório em relação a qualificação	91
8.3	Doutrina portuguesa.....	94
8.4	Jurisprudência portuguesa.....	96
8.5	Doutrina alemã	97
8.6	Jurisprudência alemã	97
8.7	Doutrina italiana.....	98
8.8	Doutrina espanhola.....	98
9	A mentira e o dever de se falar a verdade na visão filosófica.....	98
10	Considerações finais.....	102
	REFERÊNCIAS	107